

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de S. Paulo Class.: 73

Data 12/09/93 Pg.: 1-3

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

Amazônia, realidades e mitos

MARIO CESAR FLORES

Ilustração Ester Grisquin

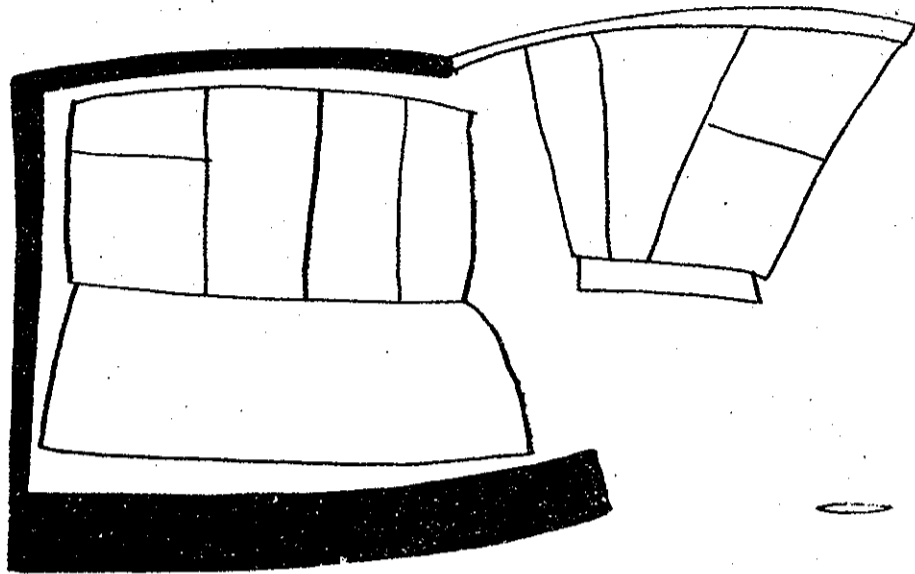
A controvérsia nacional e mundial sobre a Amazônia navega ao sopro dos ventos da ignorância e dos interesses, alguns válidos e defensáveis mas outros, nem tanto. Do inferno verde ao eldorado e ao "celeiro da humanidade", da destruição em nome do progresso à preservação a qualquer custo, realidades e mitos se misturam produzindo paixões e conflitos temperados pelas intransigências radicais, engajadas ou ignorantes, que dificultam o encontro do equilíbrio.

A Amazônia é um imenso espaço quase vazio, rico em recursos naturais e, em parte, mas não todo, apto para a atividade agropecuária. É, portanto, um imenso espaço útil aos bilhões de seres humanos que já começam a congestionar o nosso diminuto planeta e útil à centena e meia de milhões de brasileiros, prisioneiros de um desenvolvimento histórico que gerou um perfil societário cuja correção exige o uso dos recursos ao alcance das decisões soberanas do Brasil.

Começa aí o descompasso entre a visão da comunidade internacional, refletida nas manifestações oficiais e das ONGs (organizações não-governamentais) das maiores potências e a conveniência nacional. Enquanto que ao mundo interessa preservar os recursos da Amazônia (renováveis ou não) para as necessidades futuras cujo atendimento seguro não pode contar com os já depauperados recursos da Europa e da América do Norte, ao Brasil impõe-se o uso desses recursos, sob pena de agravamento das dificuldades que se opõem à melhora das condições gerais de seu povo.

Para respaldar aos seus propósitos, as grandes potências exponenciam e exploram alguns conceitos corretos, como é o caso do efeito deletério do desmatamento em grande escala, sobre o regime de chuvas, a fertilidade do solo (frágil sem sua cobertura) e a preservação da biodiversidade. Mas exponenciam e exploram também conceitos equivocados ou até insólitos, como a falsa idéia do "pulmão do mundo", hoje sustentada apenas pela ignorância, a responsabilidade sobre o efeito estufa, não nula, mas muito menor do que a decorrente da queima de combustível fóssil nos países mais desenvolvidos e, supra-sumo do desconhecimento ou da má fé, a suposta prática do extermínio consentido, dos povos das florestas. Aliás, uma classificação curiosa, que inclui as poucas centenas de milhares de índios, inclusive os aculturados, inseridos na sociedade capitalista, mas que não inclui os milhões de caboclos — índios puros ou mistura de índios e brancos — que vivem à beira dos rios e nas florestas, de onde vão sendo paulatinamente "tangidos" para os guetos da miséria urbana pelas restrições a sua agricultura, caça e pesca de subsistência, que desconsideram o impacto ambiental negativo e o ultrage aos direitos humanos, da favelização descontrolada.

Assim, se por um lado é preciso adotar medidas para que a deterioração das florestas (com seus rios), do solo e da biodiversidade não venha a comprometer desmesurada e desnecessariamente o potencial da Amazônia para o



futuro da humanidade, tampouco se pode negar que seria ilógica a intocabilidade a qualquer custo, em detrimento do povo brasileiro. O compromisso entre o presente e o futuro assenta sobre o uso ordenado dos recursos da Amazônia, que admite tanto os empreendimentos em escala empresarial, tecnicamente bem organizados e controlados, como a economia de sobrevivência dos caboclos. Esse compromisso exige pesquisa científica que nos permita conhecer a natureza amazônica para tirarmos proveito de suas possibilidades sem agredirmos abusivamente suas vulnerabilidades; exige que se complete o zoneamento ecológico-econômico da Amazônia (cuja primeira fase, o diagnóstico ambiental, já está pronto) e exige que se saiba o que se passa na região, para sustar e reprimir irregularidades e ilícitos.

O governo brasileiro procura avançar no cumprimento dessas três exigências, porque o povo precisa dispor do que a Amazônia tem para oferecer-lhe, sem induzir com isso deteriorações ambientais desmedidas. De fato: permitir ao povo brasileiro o acesso ao potencial amazônico se impõe como decisão soberana e legítima, mas sua contrapartida para os setores da humanidade honestamente preocupados, mercedores de nossa consideração porque somos parte de um mundo globalizado e interdependente, transita pelo controle efetivo sobre a Amazônia, de modo a que sua exploração se pautem pelo comedimento e por cuidados que impeçam danos desnecessários e, sobretudo, irreversíveis no que tange aos recursos naturais renováveis.

Se decidido e persistente, esse controle exorcizará as interferências internacionais, hoje circunscritas às pressões diplomáticas e das ONGs e aos condicionamentos aos apoios financeiros. Ressalte-se, aliás, que as grandes potências, desejam que a Amazônia seja cuidada pelos países que detêm seu domínio legítimo, pois ainda são fortes os conceitos de soberania nacional e integridade territorial. A intervenção direta não é, portanto, ao menos no curto prazo, uma realidade plausível. E para que esse curto prazo se estenda pelo século 21 afora, cabe-nos delimitar para que o usufruto da Amazônia brasileira, a ser comandado soberanamente pelo Brasil, não se reflita em

destruição sem cuidado e sem freio. Isto é possível, vale repetir, através do conhecimento científico, do zoneamento ecológico-econômico, a ser obedecido, é claro, e do controle sobre o que ocorre na região — controle ambiental, sobre o uso do solo, das águas e de seus recursos, sobre as áreas indígenas e sobre a prática de ilícitos.

A questão indígena merece um breve destaque final.

Em primeiro lugar, convém que se avalie o que é índio a ser protegido em sua cultura e habitat. Será que índios aculturados, que manifestam suas reivindicações vestindo calças jeans e usando relógios de pulso e rádios de pilha, ou que exploram capitalisticamente as matas de suas áreas, merecem atenções que não conseguimos dar ao povo rural pobre, carente de uma, ainda que modesta, reforma agrária? A dúvida precisa ser pensada. Já os índios que efetivamente vivem sua cultura ancestral e que desejam manter-se nela, têm inequívoco direito a isto e é dever do Estado proporcionar-lhes a segurança para que sua vontade se concretize, na medida do possível.

E por que na medida do possível? Porque, sempre que duas culturas se comunicam, cedo ou tarde a mais avançada estende seus instrumentos, seu saber e seus costumes à mais atrasada. A impermeabilização das áreas indígenas, raramente desejada pelos índios, é inviável e para que a transição cultural se processe controladamente, com o mínimo possível de traumas, faz-se necessária a presença protetora do Estado — proteção à saúde ameaçada por doenças da civilização, proteção contra a alteração descontrolada do habitat indígena, proteção para que crenças e costumes evoluam paulatinamente, sem produzir graves perturbações psíquicas. Em suma: as áreas de culturas primitivas carecem da presença do Estado e nelas há hoje falta, não excesso da autoridade legítima. É preciso acabar com o equívoco, bem intencionado ou de propósitos duvidosos, de que a presença da autoridade legítima é perversa porque perturba o equilíbrio cultural indígena. Esse equilíbrio não tem como deixar de ser atingido, mais ou menos intensamente e rapidamente e é melhor que seja atingido em ordem, sob o controle e o amparo da lei e da presença reguladora do Estado, do que no "vale tudo" da ausência do Estado.

Ausência que, nas regiões de fronteira, fragiliza a soberania e a integridade nacionais, atributos que na vigente ordem internacional não podem ser descurados.

MARIO CESAR FLORES, 62, almirante da reserva, é secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Foi ministro da Marinha (governo Collor).

Os índios que usam jeans e rádio merecem a atenção que nós não conseguimos dar ao povo rural pobre?